

**SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 512/2026*****Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:***

Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece a proteção integral da criança e do adolescente e atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar seus direitos fundamentais (art. 227).

Decreto Federal nº 54.216, de 27 de agosto de 1964, que promulga a Convenção Única sobre Entorpecentes.

Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas.

Decreto Federal nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 9.294/1996.

Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Decreto Federal nº 4.345, de 26 de agosto de 2002, que institui a Política Nacional Antidrogas.

Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD.

Decreto Federal nº 5.912, de 27 de setembro de 2006, que regulamenta a Lei Federal nº 11.343/2006.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Federal nº 11.705, de 19 de junho de 2008, que altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei nº 9.294/1996 para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor.

Lei Federal nº 13.106, de 17 de março de 2015, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica à criança ou ao adolescente.

Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Lei Federal nº 13.840, de 5 de junho de 2019, que altera a Lei nº 11.343/2006 para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários e dependentes de drogas.

Decreto Federal nº 9.761, de 11 de abril de 2019, que aprova a Política Nacional sobre Drogas.

Decreto Federal nº 9.926, de 19 de julho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

Lei Federal nº 15.234, de 7 de outubro de 2025, que altera o art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei Federal nº 15.243, de 28 de outubro de 2025, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir assistência integral e multiprofissional à criança e ao adolescente dependentes químicos e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas.

Lei Estadual nº 17.406, de 15 de setembro de 2021, que obriga os condomínios residenciais e comerciais localizados no Estado de São Paulo a comunicar aos órgãos de segurança pública a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos nas unidades condominiais e áreas comuns.

Lei Estadual nº 9.830, de 14 de novembro de 1997, que institui o Programa Estadual de Prevenção e Combate ao Uso de Entorpecentes.

Lei Estadual nº 11.388, de 9 de junho de 2003, que institui advertências sobre os prejuízos causados pelo álcool, drogas e tabaco em órgãos e entidades da Administração Pública.

Lei Estadual nº 12.258, de 9 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento e os direitos fundamentais dos usuários de drogas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 13.541, de 7 de maio de 2009, que proíbe o consumo de produtos fumígenos em ambientes de uso coletivo.

Lei Estadual nº 13.779, de 21 de outubro de 2009, que proíbe a venda de narguilé aos menores de 18 anos.

Lei Estadual nº 14.592, de 19 de outubro de 2011, que proíbe vender, ofertar, fornecer, entregar ou permitir o consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos.

Lei Estadual nº 16.878, de 20 de dezembro de 2018, que estabelece mensagens educativas sobre o uso indevido de álcool e drogas em eventos públicos.

Lei Estadual nº 17.183, de 18 de outubro de 2019, que institui a Política Estadual sobre Drogas e o Fundo Estadual Antidrogas.

Lei Estadual nº 18.161, de 27 de junho de 2025, que assegura prioridade de atendimento no tratamento do tabagismo e nicotinismo para crianças e adolescentes no SUS paulista.

Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990, que estabelece as competências municipais e assegura a proteção integral à criança e ao adolescente.

Lei Municipal nº 10.971, de 13 de março de 1991, que institui a Semana de Defesa e Prevenção contra o Uso de Drogas e Tóxicos na rede municipal de ensino.

Lei Municipal nº 11.229, de 26 de junho de 1992, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal.

Lei Municipal nº 12.265, de 11 de dezembro de 1996, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas por mercados, supermercados e hipermercados às crianças e adolescentes.

Lei Municipal nº 12.281, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a criação de Centros de Recuperação de Drogados.

Lei Municipal nº 12.402, de 3 de julho de 1997, que veda a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e conjuntos poliesportivos.

Lei Municipal nº 12.540, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no currículo escolar, de disciplina sobre os efeitos das substâncias que causam dependência.

Lei Municipal nº 13.116, de 9 de abril de 2001, que dispõe sobre os Conselhos Tutelares no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 13.210, de 6 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação do Programa de Educação Específica Contra os Males do Fumo, do Álcool e das Drogas.

Lei Municipal nº 13.270, de 3 de janeiro de 2002, que dispõe sobre mensagens institucionais alertando sobre os males do fumo, do álcool e das drogas.

Lei Municipal nº 13.321, de 6 de fevereiro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool.

Lei Municipal nº 13.534, de 19 de março de 2003, que dispõe sobre a instalação do Programa de Prevenção e Orientação contra o Uso de Entorpecentes.

Lei Municipal nº 13.722, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Programa de Prevenção e Assistência Integral a Dependentes Químicos.

Lei Municipal nº 14.420, de 31 de maio de 2007, que inclui conteúdo programático relativo à prevenção contra as drogas no currículo das escolas municipais.

Lei Municipal nº 14.450, de 22 de junho de 2007, que institui o Programa de Combate à Venda Ilegal de Bebida Alcoólica e de Desestímulo ao seu Consumo por Crianças e Adolescentes.

Lei Municipal nº 14.634, de 14 de dezembro de 2007, que institui a Conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal.

Lei Municipal nº 14.726, de 15 de maio de 2008, que estabelece normas para repressão à comercialização e ao consumo de bebidas alcoólicas nos estádios.

Lei Municipal nº 14.805, de 4 de julho de 2008, que consolida a legislação sobre o tabagismo no Município.

Lei Municipal nº 15.122, de 22 de janeiro de 2010, que dispõe sobre programa e campanha de conscientização sobre a ebriorexia.

Lei Municipal nº 15.250, de 26 de julho de 2010, que dispõe sobre reserva de ala específica para atendimento de dependentes químicos na rede municipal.

Lei Municipal nº 15.489, de 28 de novembro de 2011, que institui o Dia de Combate ao Crack.

Lei Municipal nº 15.956, de 7 de janeiro de 2014, que cria a Campanha Educativa de Conscientização de que álcool é droga.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Municipal nº 16.044, de 14 de julho de 2014, que institui a Corrida e Caminhada contra o Crack e outras drogas.

Lei Municipal nº 16.135, de 12 de março de 2015, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa de prevenção ao consumo de álcool e drogas em material escolar.

Lei Municipal nº 16.341, de 30 de dezembro de 2015, que institui o Programa Municipal de Prevenção ao Alcoolismo entre Mulheres.

Lei Municipal nº 16.520, de 22 de julho de 2016, que altera a política de atendimento à população em situação de rua, incluindo dependentes químicos.

Lei Municipal nº 16.563, de 7 de novembro de 2016, que dispõe sobre diretrizes para conscientização da Síndrome Alcoólica Fetal.

Lei Municipal nº 16.646, de 12 de maio de 2017, que dispõe sobre parâmetros de atuação preventiva no combate aos entorpecentes no ambiente escolar.

Lei Municipal nº 16.787, de 4 de janeiro de 2018, que proíbe a comercialização de narguilé a menores de dezoito anos.

Lei Municipal nº 16.867, de 15 de fevereiro de 2018, que institui o Programa GEPAD de prevenção ao uso de drogas nas escolas.

Lei Municipal nº 16.878, de 20 de dezembro de 2018, que estabelece mensagens educativas sobre álcool e drogas em eventos destinados ao público infantojuvenil.

Lei Municipal nº 17.089, de 20 de maio de 2019, que institui a Política Municipal sobre Álcool e outras Drogas.

Lei Municipal nº 17.093, de 23 de maio de 2019, que cria o Programa Voluntário Acolhedor para crianças recém-nascidas de mães dependentes químicas.

Lei Municipal nº 17.803, de 9 de maio de 2022, que dispõe sobre a responsabilidade de os condomínios residenciais do Município de São Paulo comunicarem às autoridades competentes ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

Lei Municipal nº 17.923, de 10 de maio de 2023, que institui a Política Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua.

